

Table with 2 columns: Item description and Price. Includes 'PREÇOS', 'ASSIGNATURAS', and 'COM ESTAMPILHA'.

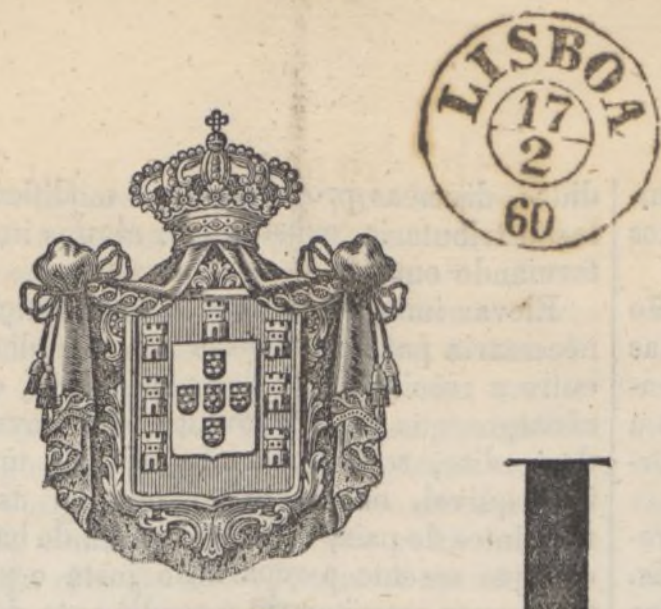


Table with 2 columns: Item description and Price. Includes 'PREÇOS', 'ASSIGNATURAS', and 'COM ESTAMPILHA'.

DIÁRIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saúde.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

2.ª Reparação

Sua Magestade El-Rei, tomando na consideração devida as judiciosas observações feitas pelo ministerio dos negocios da guerra para mostrar os graves inconvenientes, que provém ao serviço do exercito, e não menos o consideravel prejuizo que soffre a fazenda publica, pelo pouco escrupulo que preside ás deliberações das juntas revisoras do recrutamento, approvando e julgando aptos para o mesmo serviço muitos reerutas, que mais tarde são considerados inhabéis pela inspecção da junta de saúde militar, por não terem a robustez necessaria, ou por apresentarem deformidades, comprehendidas na mais restricta letra da tabella das lesões, que faz parte da lei de 27 de julho de 1855: manda que o governador civil do districto de Lisboa, prestando a sua mais séria attenção a este importante assumpto, faça todas as recommendações necessarias aos vogaes civis das juntas revisoras, para que na inspecção dos reerutas observem escrupulosamente as disposições finaes, consignadas na indicada tabella; ficando na intelligencia de que pelo ministerio dos negocios da guerra se fez igual recommendação pelo que respecta aos vogaes militares das mesmas juntas.

Paço, em 7 de fevereiro de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Identicas se expediram a todos os demais governadores civis do continente do reino e ilhas.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

4.ª Reparação

Hei por bem exonerar o conselheiro Antonio Dias de Oliveira do logar de presidente da relação do Porto, que se acha exercendo, e para o qual fôra despachado por decreto de 12 de novembro de 1856; passando a servir como juiz da mesma relação, em conformidade da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 14 de fevereiro de 1860.

—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Hei por bem transferir o bacharel Manuel de Vasconcellos Guedes de Carvalho, delegado do procurador regio na comarca de Moimenta da Beira, para identico logar de delegado na 2.ª vara da comarca do Porto, vago pela transferencia do bacharel Antonio Pinto Cardoso da Gama.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 14 de fevereiro de 1860.

—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Hei por bem transferir o bacharel Antonio Pinto Cardoso da Gama, delegado do procurador regio junto a 2.ª vara da comarca do Porto, para identico logar de delegado na comarca de Moimenta da Beira, vago pela transferencia do bacharel Manuel de Vasconcellos Guedes de Carvalho.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 14 de fevereiro de 1860.

—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Hei por bem transferir o bacharel Antonio Pinto Cardoso da Gama, delegado do procurador regio junto a 2.ª vara da comarca do Porto, para identico logar de delegado na comarca de Moimenta da Beira, vago pela transferencia do bacharel Manuel de Vasconcellos Guedes de Carvalho.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 14 de fevereiro de 1860.

—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA TESOUREARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diário de Lisboa*, n.º 24, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 18 do corrente, dos vencimentos do mez de janeiro ultimo (resto) das seguintes classes:

Archivo militar,
Conservatorio real de Lisboa,
Escola medico-cirurgica de Lisboa,
Escola do exercito,
Escola polytechnica,
Collegio militar,
Policia do porto de Lisboa,
Museu de Lisboa,
Estações civis de fazenda,
Lyceu de Lisboa,
Professores do districto de Lisboa,
Estanco e fabrica do tabaco,
Fabrica da polvora,
Officiaes em commissão,
Ditos em disponibilidade,
Hospital da marinha,
Observatorio,
Guarda real dos archieiros.

Ficando assim concluido o pagamento dos vencimentos do mez de janeiro ultimo, annuncia-se outrossim que no dia 1.º de março proximo se abrirá o pagamento dos vencimentos das classes activas e não activas, respectivos ao corrente mez de fevereiro, segundo as ordens que opportunamente se publicarão.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 16 de fevereiro de 1860.—João José do Nascimento Lupi.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

No dia 15 do corrente, pela uma hora da tarde, dignou-se Sua Magestade El-Rei dar, no paço das

Necessidades, a primeira audiencia ao conde de Comminge-Guitaud, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade o imperador dos francezes, achando-se presentes a este acto o em.^{mo} e rev.^{mo} sr. cardeal patriarcha de Lisboa, os officiaes-môres da real casa, os gentis homens da real camara, os ministros e conselheiros d'estado, os ministros d'estado honorarios, e mais pessoas que costumam ser convidadas para taes solemnidades.

O conde de Comminge-Guitaud entregou n'essa occasião a sua credencial, e pronunciou o seguinte discurso:

«Sire.—J'ai l'honneur de remettre à Votre Majesté les lettres de l'empereur qui m'accréditent auprès d'elle en qualité de ministre plenipotentiaire.

«Je suis heureux, Sire, d'avoir à vous exprimer dans cette circonstance les sentiments de haute estime de mon auguste souverain pour Votre Majesté, ainsi que les vœux qu'il forme pour la prospérité de votre règne.

«Jose espérer que la mission, qui m'est confiée après de Votre Majesté, me fournira l'occasion d'acquiescer des titres à sa bienveillance royale.»

Sua Magestade El-Rei respondeu:

«Monsieur le ministre.—L'empereur votre auguste souverain m'offre, par votre entremise, une nouvelle occasion de témoigner les sentiments de haute estime, qui n'ont cessé de m'animer envers lui. L'empereur m'a permis de pouvoir dire qu'ils répondent à ceux que vous venez de m'exprimer en son nom.

«En recevant les lettres qui vous accréditent en qualité de ministre plenipotentiaire de l'empereur auprès de ma personne, je me plais à vous assurer d'avance de toute ma bienveillance.»

GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Em cumprimento de ordens emanadas do ministerio das obras publicas, commercio e industria, se faz publico por este governo civil, que tendo requerido Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral patente de introdução pelo espaço de cinco annos para a fabricação do gello artificial pela vaporização do ether no vacuo, se põe a concurso esta patente nos termos do artigo 23.º do decreto de 31 de dezembro de 1852; convidando-se assim todas as pessoas a quem a mesma possa convir por menor prazo de tempo, para apresentarem as suas propostas n'esta repartição dentro de trinta dias contados da data do *Diário de Lisboa*, em que este annuncio for pela primeira vez inserto.

ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO DO ROCIO

Tendo de proceder-se a numeração dos predios dos largos da rua do Príncipe, Camões, calçada do Carmo, e ruas do Príncipe, Amparo e nova de S. Domingos, segundo o systema adoptado no edital do governo civil de Lisboa, do 1.º de setembro ultimo, previnem-se os respectivos proprietarios para virem ou mandarem saber a administração do bairro do Rocio, no prazo de cinco dias, os numeros que competem aos seus predios, na intelligencia de que, não comparecendo, se procederá na conformidade do que se dispõe nos artigos 12.º e 13.º do mencionado edital.

Lisboa, 16 de fevereiro de 1860.—O escriptão da administração, Francisco Maria de Sequeira Pinto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 18 do corrente, pelo meio dia, se ha de contratar em hasta publica, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, o fornecimento dos artigos de drogaria que forem necessarios, pelo tempo que se convencionar, para consumo do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 16 de fevereiro de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 20 do corrente, para a Madeira, o patacho *Mathilde*; a 24, para Cabo Verde, o brigue *Maria Helena*; a 25, para a Bahia o patacho *Liberdade*, para Pernambuco o brigue *Relampago*, e para o Rio de Janeiro a barca *Estrella*.

A correspondência será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 16 de fevereiro de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 16 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 67 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mencionam-se na mesa as seguintes declarações:

1.º Do sr. Moraes Carvalho de que, por incommodo de saúde, não pôde comparecer na sessão de hoje o sr. D. José Manuel Alarcão.—*Inteirada*.

2.º Do sr. Crispiniano da Fonseca de que, por incommodo de saúde, não pôde comparecer na sessão de hoje o sr. D. José Manuel Alarcão.—*Inteirada*.

3.º Do sr. Teixeira de Sampaio Junior, participando que não pôde comparecer a sessão de hoje, por incommodo de saúde.—*Inteirada*.

4.º Do sr. Infante Pessanha, de que o sr. Calça e Pina não pode comparecer a sessão de hontem, a de hoje, e talvez a mais algumas, por motivo justificado.—*Inteirada*.

5.º Do sr. Plácido de Abreu de que, por motivo

justificado, não pode comparecer á sessão de hontem.—*Inteirada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, acompanhando o processo eleitoral do 1.º escrutinio, que houve no circulo n.º 99, Idanha a Nova.—*A' commissão de poderes*.

2.º Uma representação da camara municipal de Miranda do Corvo, sobre a directriz do caminho de ferro, na secção de Thomar a Coimbra.—*A' commissão de obras publicas*.

3.º Da mesma camara, pedindo a continuação dos trabalhos da estrada de Thomar a Coimbra, pelos Cabacos, Ribeirinho, etc.—*A' mesma commissão*.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Renovo a iniciativa do projecto de lei, que tive a honra de apresentar á camara na legislatura passada, sobre os santuarios e residuos de Braga, applicando essas sobras, que hoje administra o governo civil d'aquelle districto, para as orphãs recolhidas na Tamancá; projecto que foi publicado no *Diário da Camara* n.º 12, de 16 de janeiro de 1858.—*D. Rodrigo José de Menezes*, deputado por Villa Nova de Famalicão.

2.º Enviada a commissão de administração publica.

2.º Renovo a iniciativa do projecto n.º 79, da sessão legislativa de 1859 (que offereço junto), para que os maiores graduados e capitães do exercito, que exercem o magisterio nas aulas de ensino superior, sejam considerados como os officiaes das armas scientificas, e como taes promovidos, quando lhes venha a competir, sem dependencia dos exames, que estão determinados.

Sala das sessões, 15 de fevereiro de 1860.—*Cyrillo Machado*.

3.º Enviada á commissão de guerra.

3.º Proponho que se nomeie uma commissão de tres membros para estudar e propor o modo por que se hão de publicar as sessões da camara.—*Barros e Sá*.

É admittida, e logo approvada, resolvendo-se por proposta do sr. Barros e Sá, que a commissão seja nomeada pela mesa.

O sr. *Peguito*.—manda para a mesa o diploma do cidadão Cypriano Justino da Costa, deputado eleito pelo circulo 139 (Monte-mór o Novo).

A commissão de poderes.

O sr. *Nogueira Soares*.—manda para a mesa, por parte da primeira commissão de verificação de poderes, o parecer d'aquella commissão sobre o diploma do cidadão José Guilherme Pacheco, deputado eleito pelo circulo 37 (Paredes); e pede ao sr. presidente que, achando-se este cavalheiro nos corretores, á imitação do que se tem feito com outros pareceres de similhante natureza, haja por bem de consultar a camara sobre se quer discutir e votar este parecer immediatamente.

Resolvendo affirmativamente, é admittido á discussão e logo approvado.

O sr. *Presidente*.—proclama deputado da nação portugueza o sr. José Guilherme Pacheco; e convida o sr. vice-secretario Ferraz de Miranda e o sr. visconde de Pindella a introduzirem na sala o sr. deputado.

Introduzido na sala o sr. José Guilherme Pacheco, presta juramento e toma assento.

O sr. *Henriques Secco*.—manda para a mesa uma proposta, renovando a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. *Alves Martins*.—manda igualmente para a mesa uma proposta, renovando a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. *A. R. Sampaio*.—manda para a mesa um parecer da commissão de verificação de poderes sobre o diploma do sr. Filipe Folque.

Vae a imprimir.

ORDEN DO DIA

ELIÇÃO DE COMMISSÕES

O sr. *Presidente*.—vae-se proceder á eleição da commissão de guerra, e concordando a camara, simultaneamente á de marinha, em duas urnas (*apoiados*).

Convida os srs. deputados a prepararem as suas listas para ambas as commissões.

Faz-se a chamada.

Corrido o escrutinio para a commissão de guerra, verifica-se haverem entrado na urna 87 listas, das quaes 12 brancas, e saem eleitos

Os srs. D. Luiz da Camara Leme com . . . 63 votos

Thiago Augusto Velloso Horta . . . 63 »

Salvador de Oliveira Pinto da

Francça 59 »

Antonio Augusto Correia de La-

cerda 56 »

Carlos Cyrillo Machado 56 »

Carlos Brandão de Castro Ferrer 54 »

Joaquim Mendes Neutel 52 »

Antonio José de Barros e Sá . . . 51 »

Augusto Xavier Palmeirim 46 »

Corrido o escrutinio para a commissão de marinha, verifica-se haverem entrado na urna 85 listas, das quaes 6 brancas, e saem eleitos

Os srs. Francisco Soares Franco com . . . 75 votos

D. Luiz da Camara Leme 70 »

José Antonio Maia 67 »

Carlos Brandão de Castro Ferrer 65 »

Antonio de Azevedo e Cunha . . . 60 »

Augusto Xavier Palmeirim 59 »

Augusto Carlos Bacellar

de Sousa Azevedo 56 »

O sr. *Cyrillo Machado*.—agradecendo aos seus collegas a honra que acabam de lhe fazer, elegendo-o membro da commissão de guerra, quando em uma das sessões antecedentes o elegeram para fazer parte da commissão de fazenda, pondera, como juiz da sua consciencia, que não lhe é possível accumular devidamente as funções de membro das duas commissões, e por isso manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requero ser dispensado da commissão de guerra, por isso que, fazendo parte da de fazenda, não posso ser assíduo nos trabalhos da referida commissão de guerra, como é mister.»

É admittido á discussão.

O sr. *Xavier da Silva*.—desejando que este negocio se resolvesse quando a camara esteja mais numerosa, observa que todos os deputados tem obrigação, pelo regimento, de aceitar os encargos que lhes forem committidos.

Se o illustre deputado, com quanto fizesse já parte

da commissão de fazenda, foi escolhido pela camara para a de guerra, da qual tem sido membro muitos annos, dando sempre provas no exercicio das suas funções dos muitos conhecimentos que possui nas materias que costumam ser incumbidas a essa commissão, não pôde a camara prescindir da sua cooperação nos trabalhos d'ella. E se outros deputados podem pertencer não só a duas, mas a quatro e a cinco commissões, mais facilmente o pôde fazer o illustre deputado com relação áquellas para que foi escolhido, porque não se reúnem nos mesmos dias, e quando se der este caso, pôde comparecer n'aquella onde a sua presença for com mais urgencia reclamada.

Por estas razões pede ao illustre deputado que retire a sua proposta, e tanto mais que, se se accitar a escusa d'elle, hão de accitar-se as escusas dos outros senhores.

O sr. *Palmeirim*.—expõe que as mesmas razões que assistem ao illustre deputado fazem com que mande para a mesa uma proposta no mesmo sentido, pedindo a escusa de membro das commissões para que acaba de ser eleito, guerra e marinha, porque já faz parte da commissão de fazenda, sendo secretario d'ella, e não sabe como ha de poder satisfazer a tanto trabalho.

Fica para segunda leitura.

O sr. *José Esteves*.—não se olhando para quaes são os encargos das commissões, mas para a competencia dos deputados eleitos membros d'ellas no desempenho das suas funções em mais de uma, e sendo costume, quando os membros eleitos para ellas não bastam para a expedição dos negocios que se lhes incumbem, pedir-se á camara a aggregação de mais membros, pedido que nunca é recusado, entende que não ha motivo para se adiar similhante negocio, e pede ao sr. presidente que proponha á camara se aceita ou não a escusa dos dois srs. deputados.

O sr. *Thiago Horta*.—se este precedente se estabelecer, é um mau precedente, porque todos ficam com o direito de se dispensarem da accumulção de serviço nas commissões para que foram eleitos.

Com elle (orador) se dá o caso de ter sido eleito para a commissão de guerra, quando já fazia parte da de obras publicas; e rogando aos seus collegas que não instem pela escusa, declara que se insistirem tambem faz igual pedido a seu respeito.

O sr. *Cyrillo Machado*.—bem conhece que a camara lhe faz a honra de o eleger para a commissão de guerra sabendo que já fazia parte da de fazenda; e é muito reconhecido a esta prova de deferencia que acaba de se lhe dar; mas como a sua consciencia, segundo já declarou, é o juiz n'este caso, e ella o julga sem forcas para poder desempenhar dignamente os trabalhos pertencentes ás duas commissões, entende que lhe deve ser aceita a escusa que offereceu, e pede á camara que decida a tal respeito.

Põe-se á votação o requerimento do sr. Cyrillo Machado, e é rejeitado.

O sr. *Presidente*.—como a hora está adiantada e não ha logar a que se faça o escrutinio para a eleição de outra commissão, dá para ordem do dia de amanhã as eleições das commissões de legislação e do ultramar, e levanta a sessão.—*Eram 3 horas e meia da tarde*.

Relatorio sobre o estado da fazenda publica seguido de diversas propostas de lei, e apresentado ás cortes

pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda na sessão que teve principio em 26 de janeiro de 1860

Senhores.—Uma das primeiras, se não a primeira de todas as necessidades publicas, a que tendes de prover é o exame e melhoramento da situação da fazenda. Com esta prendem intimamente quasi todas as reformas de que carecem os variados ramos da publica administração. Não julgo pois preenchido o meu dever com a apresentação do orçamento geral do estado para 1860 a 1861, e do relatorio ordinario, em que vos dei conta do uso feito pelo ministerio a meu cargo das diversas autorisações concedidas ao governo. Antes de chamar a vossa attenção sobre as propostas que tenho de submeter ao vosso esclarecido e meditado exame, cumpre-me expor alguns factos e colligir alguns elementos, tendentes a facilitar o juizo que tendes de pronunciar sobre tão importante e vasto assumpto.

Lutamos ha muitos annos com um deficit, que geralmente tem excedido as previsões dos orçamentos. Sem indagar aqui as origens d'elle, bastará consignar o facto que a existencia do deficit successivamente agravado, de um lado pelos juros das operações de credito que se têm tornado necessarias para cobrir a differença entre a receita e a despesa, e de outro lado pelo augmento dos encargos do thesouro, sem que os rendimentos tenham subido em proporção correspondente, tem por mais de uma vez forçado o desvio de receitas extraordinarias votadas para fins especiaes, e a applicação ás despesas geraes do estado de parte d'essas receitas. Este facto, qualquer que seja a responsabilidade legal que d'elle possa provir, é a consequencia inevitavel da situação anormal da fazenda, porque o deficit tem de ser representado necessariamente ou em atraso de pagamentos, ou em augmento de divida fundada ou fluctuante. Condemnada como se acha a primeira d'estas formas, reconhecido e sancionado pela pratica de alguns annos o dever imperitvel de satisfazer pontual e regularmente os encargos da divida e do serviço, restam para preencher o deficit os recursos extraordinarios, derivando na maxima parte de operações de credito, que regularmente deveriam ter diversa applicação.

Quando em março de 1859 tomei conta da gerencia da fazenda publica, achava-se completamente realisado o emprestimo de 1.800.000\$000 réis, autorisado pela lei de 14 de agosto de 1858, para o qual fora destinada a somma de libras 1.000.000 nominal em bonds, creados em virtude da lei de 4 de junho de 1857. Tendo-se porém applicado a estradas 722.735\$400 réis, e aos melhoramentos da capital 240.125\$000 réis, restava a somma de réis 837.139\$600 applicada a outras despesas. Para o pagamento das letras dos empreitadores do caminho de ferro de leste Shaw e Waring tinha sido destinado o producto de libras 424.000, bonds creados por portaria de 29 de agosto de 1857; mas d'este producto inferior em 21.210\$392 réis á importan-

cia total das referidas letras, tinha sido desviada da primitiva applicação a quantia de 110.344\$811 réis, restando ainda pagar em 29 de maio de 1859 a ultima letra na importância de 132.000\$000 réis. É a somma d'aquellas duas quantias de 837.139\$600 réis e 110.344\$811 réis, ou 947.484\$411 réis proveniente do producto dos bonds creados em virtude da lei de 4 de junho de 1857, que o documento n.º 1 mostra como desviada em 16 de março de 1849, das applicações legais, comprehendendo-se n'estas as de emprestimo de 1.800.000\$000 réis, levantado para melhoramentos da capital e estradas no anno de 1858 a 1859.

Do producto do emprestimo de 800.000\$000 réis para aquisição de navios de guerra, autorisado por lei de 30 de junho de 1857, restava pagar ao ministerio da marinha na mesma epocha o saldo de 37.762\$651 réis; mas ainda alem d'este saldo tinha o governo a satisfazer as quantias em que aquelle credito fora excedido, como já vos annunciei em outro relatorio, e cujo pagamento até 30 de novembro de 1859 subiu a 96.595\$161 réis.

Do producto dos bonds creados em virtude da lei de 15 de julho de 1856, e que sobram do emprestimo de 1.500.000\$000 réis votado pela mesma lei, cuja venda foi autorisada pela lei de 20 de junho de 1857, e produziu 168.547\$776 réis, tinha sido applicada até á mesma data ao pagamento das letras emitidas em troca de açoes do caminho de ferro de leste, a quantia de 56.037\$408 réis; havendo tambem sido desviada para despesas de outra natureza a de 112.510\$368 réis.

Nenhuma causa senão a necessidade de occorrer a despesas excedentes aos rendimentos que as deveriam supprir pôde assignar-se a estes factos. Continuando, porém, a acção da mesma causa nos seguintes mezes, agravada pela necessidade de ir successivamente occorrendo aos encargos legados, que segundo se vê do que acima fica exposto, e só pelas mencionadas origens subiam a 1.097.757\$430 réis sem contar as sommas em que fora excedido o credito votado para compra de navios de guerra, é evidente que os recursos ordinarios do thesouro não podiam bastar para occorrer ás despesas correspondentes.

Os acontecimentos politicos que tiveram logar no principio do periodo a que me refiro, declarada a guerra entre a Austria e a França e Piemonte, e seriamente ameaçada a paz entre as outras potencias da Europa, agravaram as difficuldades da nossa situação financeira pela rapida depreciação dos fundos, e paralisação de transacções. Nestas circumstancias julgou o governo dever aproveitar o primeiro ensejo de assegurar o pagamento pontual das despesas ordinarias e extraordinarias a que tinha de occorrer, até que as cortes providenciassem com novos meios á satisfação dos encargos do thesouro. Com este fim convencionei o emprestimo de libras 600.000 com a casa R. Erlanger & Co. de Francfort, do qual já em outro logar vos dei conhecimento. Em vista do documento que vos foi presente appareci as condições d'aquelle contrato. Julgo porém desde já dever observar-vos que na epocha em que foi celebrado, os nossos fundos de 3 1/2 % em que dividendo a vencer no 1.º de julho de 1859, eram cotados em Londres ao preço de 43 1/2 %; e que a differença entre este preço e o de 40 1/2 % liquido, pelo qual foi contratado o emprestimo, não pôde reputar-se excessiva em operações de similhante natureza. Foi com uma differença quasi igual a esta, entre o preço real da emissão e o do mercado, que se realisou em França pouco tempo antes o emprestimo de 500.000.000 francos por subscrição publica.

Os encargos d'aquella operação sobem por anno a libras 45.000 ou 202.500\$000 réis; e juntando os do emprestimo de 1.100.000\$000 réis para estradas, autorisado por lei de 7 de junho de 1859, elevando-se proximo a 77.000\$000 réis, vão agravar o deficit annual com a somma approximada de 289.500\$000 réis. Parte d'estes novos encargos já se fazem sentir na despesa do primeiro semestre de 1859-1860.

Pelas disposições dos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e da parte final do artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, o producto dos titulos de divida fundada realisado em virtude das mesmas disposições, deveria ter exclusiva applicação ás despesas do caminho de ferro do norte. Os motivos que deixei indicados forçaram o governo a occorrer a outras despesas com parte das sommas realisadas por aquelles meios. O documento junto n.º 1 mostra o estado da emissão dos titulos de divida externa, creados em virtude das citadas leis com referencia aos dias 16 de março e 30 de novembro de 1859; e bem assim o estado do producto d'elles e da sua applicação nos mesmos dias. Resulta d'aquelle documento: 1.º, que o producto da venda e empenho dos referidos bonds até ao dia 16 de março de 1859, foi de 3.351.283\$545 réis; e desde 16 de março até 30 de novembro de 2.340.709\$129 réis, sendo o producto total de 5.691.992\$674 réis; 2.º, que da totalidade do producto realisado até 16 de março de 1859 não tinha tido a applicação determinada nas leis de 4 de junho de 1857, 5 de março e 14 de agosto de 1858 a somma de 947.484\$411 réis; e da totalidade das sommas realisadas até 30 de novembro não tinha tido as mesmas applicações a somma de 2.375.395\$240 réis; sendo a differença correspondente ao periodo decorrido desde 16 de março até 30 de novembro de 1.427.910\$829 réis.

Comparando-se a importância da divida fluctuante, e dos outros encargos que pesavam sobre o thesouro, descriptos nos documentos n.ºs 2 e 3, vê-se que em 30 de março era a totalidade de taes encargos, comprehendendo a divida fluctuante, de 3.572.213\$880 réis, e em 30 de novembro de 2.653.263\$258 réis; correspondendo portanto ao periodo decorrido desde 16 de março até 30 de novembro uma diminuição de taes encargos na importância de 918.950\$622 réis. Nesta diminuição vae comprehendida: 1.º, a somma de 534.248\$300 réis equivalente á que no indicado periodo foi applicada a estradas e melhoramentos da capital, por conta do emprestimo votado por lei de 14 de agosto de 1858; 2.º, a somma de 366.800\$000 réis de diminuição na divida sobre penhor de titulos de divida fundada interna, proveniente da venda dos titulos empenhados, autorisada pela lei de 5 de março de 1858. Eliminando portanto estas duas quantias da indicada differença de encargos, por isso que a primeira já foi atendida no resultado do documento n.º 1 acima notado; e a

segunda não representa verdadeira diminuição, mas antes transformação de encargo, isto é, substituição de dívida fluctuante, por dívida consolidada, ficando a diminuição de encargos no dia 30 de novembro, com relação ao dia 16 de março, a quantia de 17.902.822 réis, a qual deduzida do aumento de 1.427.910.829 réis dá para o período decorrido desde 16 de março até 30 de novembro de 1859 o aumento real de 1.410.008.507 réis.

Cumpra porém observar: 1.º, que em 30 de novembro de 1859 tinha sido entregue ao ministério das obras publicas, por conta do credito votado por lei de 7 de junho de 1859 para estradas e outras obras a quantia de 127.183.435 réis, além das sommas realisadas até a mesma data por conta do empréstimo de 1.100.000.000 réis autorisado pela mesma lei; 2.º, que no mesmo dia tinha sido entregue ao ministério da guerra, por conta do credito votado por lei de 4 de junho de 1859, para compra de armas para o exercito, a quantia de réis 16.228.445, não se tendo ainda começado a realizar o respectivo empréstimo; 3.º, que além de integralmente paga ao ministério da marinha a somma de 800.000.000 réis, votada por lei de 30 de junho de 1857, para compra de navios de guerra, tinha sido entregue ao mesmo ministério no referido dia 30 de novembro a quantia de 96.595.161 réis, por conta do excedente de despeza que foi feita na aquisição de navios; 4.º, que a dívida á junta do credito publico pelas dotações a cargo do cofre central do districto de Lisboa, era em 16 de março de 89.900.970 réis; e em 30 de novembro se achava reduzida a 196.380 réis, tendo-se pago réis 89.704.590.

Estas quatro verbas na importancia de réis 329.711.631, reduzem o aumento de encargos a 1.080.296.876 réis.

Não deve porém considerar-se esta somma como representando o deficit ordinario, correspondente ao periodo decorrido desde 16 de março até 30 de novembro. Durante elle teve o governo de satisfazer varias despezas extraordinarias, que vieram sobre-carregar os encargos do thesouro. Mencionarei aqui a despeza effectuada com a expedição de colonos para a Zambesia, subindo a 89.400.000 réis; o pagamento á Dinamarca de prestações vencidas, segundo o tratado para o resgate dos direitos do Sunda, elevando-se a 20.600.000 réis; parte da indemnisação arbitrada a favor da companhia do caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas, pela falta de entrega das madeiras nas epochas competentes, na importancia de 42.507.388 réis; a quantia de 30.000.000 réis paga á companhia *unión mercantil* pela segunda parte do *bonus* concedido á mesma companhia pelo contrato de 5 de maio de 1858, para a navegação a vapor para os Açores e Africa; e a de 18.000.000 réis adiantada ao ministério da marinha para occorrer a despezas extraordinarias da provincia de Angola, devendo ser restituída dentro do anno economico. Deduzidas estas despezas, que sommam 150.507.388 réis, o aumento de encargos ficará reduzido a 929.789.488 réis. E se ainda se attender a que a dotação adicional paga á junta do credito publico, e a importancia do credito supplementar a favor da mesma junta, por differenças de cambios e premios de transacciones subiu a 143.100.000 réis; a que os subsidios pela navegação a vapor para a Madeira e Algarve importaram em 16.500.000 réis; e em réis 17.100.000 o subsidio extraordinario á camara municipal de Lisboa pela maior despeza com a illuminação da cidade, ficará para ser explicado por diminuições de receita, ou outras despezas, nas quaes ainda se comprehendem algumas extraordinarias, o aumento de encargos desde 16 de março até 30 de novembro de 1859, na importancia de 753.089.488 réis.

Julgo portanto dever propor-vos: 1.º, que seja approvada a applicação dada até 30 de novembro de 1859, de parte das sommas levantadas em virtude das autorisações concedidas pelas leis de 4 de junho de 1857 e 5 de março de 1858 ás despezas geraes do estado, salva a comprovação da legalidade d'essas despezas, que deverá ter logar quando sejam examinadas as respectivas contas; 2.º, que seja autorisado o governo para que até 30 de junho de 1860 possa dar similhante applicação á parte que for indispensavel do producto dos titulos creados em virtude d'aquellas leis; 3.º, que na lei de receita para o anno economico de 1860-1861 seja ainda prorogada similhante facultade.

Não pretendo, senhores, adoptar o systema de pagar com o producto de empréstimos as despezas correntes. Conheço e aprecio os inconvenientes de similhante systema, principalmente em um paiz como o nosso, onerado com uma dívida avultada, e tendo ainda de recorrer largamente ao credito para prover a custosos e urgentes melhoramentos. Entendo pelo contrario que desde já é indispensavel empregar todos os esforços para que a despeza ordinaria e corrente, e os encargos dos empréstimos necessarios para dar aos elementos de riqueza do paiz o desenvolvimento de que carecem, sejam pagos pelo producto da receita ordinaria. Não pôde porém desconhecer-se que no anno economico proximo futuro não terão ainda produzido resultado completo, quaisquer medidas que se adoptem para melhorar o estado da fazenda; e n'estas circumstancias não hesito em pedir claramente ás cortes a autorisação que os factos tem de ha muito demonstrado necessaria, e que os governos tem sido forçados a assumir sem lei.

Adoptado porém este expediente temporario, é forçoso ao mesmo tempo, e desde já, lançar as bases de um futuro mais desambrado para as nossas finanças. Para este fim é indispensavel o concurso de meios diversos e combinados. No meu entender são os principaes, suppressão da amortisação de varios empréstimos, sendo consolidados os saldos em dívida; reforma de alguns impostos; tornando-se algumas das bases da distribuição; medidas tendentes a assegurar a boa execução das leis que regem os impostos directos, promovendo a sua melhor repartição pelos contribuintes, facilitando a cobrança; e tendendo a aperfeiçoar as bases do lançamento; desamortisação dos bens pertencentes aos conventos de religiosas, fazendo-se entrar na circulação valores importantes, que successivamente se deterioram, abrindo-se um novo e importante mercado aos titulos de dívida publica, e assegurando-se ao mesmo tempo a dotação d'aquelles institutos de piedade que ficarem subsistindo, e em geral dos que se destinarem á educação, principalmente do sexo feminino; dotação larga da viação publica, principalmente d'aquellas obras que mais promptamente devem produzir profundas e beneficas modificações na vida economica do paiz.

Seria ocioso, senhores, insistir nas vantagens que promette ao nosso paiz a applicação, dentro em poucos annos, de fortes capitais á construcção das nossas principaes linhas ferreas, e das estradas destinadas a completar um bom systema de viação. A convicção de similhantes vantagens tem já penetrado profundamente no animo publico; e a opinião repellido de certo e com sobejo fundamento, todo o systema de governo que tendesse a adiar a satisfação de uma necessidade tão geralmente reconhecida. O remedio mais cabal, senão o unico effectivo para o melhoramento da nossa situação financeira, deve provir do inculcavel aumento de materia tributavel, que só pôde naturalmente desenvolver-se pela activa e enérgica exploração de muitas fontes da riqueza publica, umas desconhecidas ainda, outras

pouco productivas pela ausencia do vigoroso impulso que só a facilidade, rapidez e barateza dos transportes pôde imprimir ao commercio.

O governo, prestando a mais disvelada attenção a este assumpto, contrahiu a construcção das linhas ferreas de Lisboa ao Porto, e á fronteira de Hespanha; e das linhas das Vendas Novas a Evora e a Beja; e de cerca de 700 kilometros de estradas ordinarias em diversos districtos do reino.

Pelo ministério das obras publicas vos são presentes estes contratos com as respectivas propostas. Por elles vereis que o caminho de ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha, deve estar concluido em tres annos, e em cinco o que do Porto deve vir entrar n'esta linha; que em tres annos devem também estar concluidos os caminhos de ferro até Evora e Beja; e em dois annos as estradas ordinarias contrahidas com Langlois.

O encargo total para o estado das obras acima mencionadas, feita a deducção em relação aos caminhos do sul, do subsidio offerecido pelas juntas geraes dos districtos de Evora e Beja, e em relação ao caminho de leste, do preço em que é tomada pelo concessionario a parte do mesmo caminho, adquirida e construída pelo governo, podem aproximadamente calcular-se em 12.000.000.000 réis. Os juros e commissões dos empréstimos necessarios para preencher esta despeza, calculados a 7%, importam em 840.000.000 réis. Esta despeza só terá de ser completamente realisada em cinco annos. Sendo porém proporcional o desenvolvimento dos trabalhos aos prazos marcados para as diversas construcções, será nos dois primeiros annos que se fará sentir a parte mais avultada, subindo em cada um d'elles aproximadamente a 3.400.000.000 réis. Calculado a 7% o encargo annual relativo a esta despeza, subirá elle no primeiro anno a 238.000.000 réis, e no segundo a 476.000.000 réis.

Proponho portanto que habiliteis o governo a levantar, por meio de criação e negociação de titulos de dívida fundada, as sommas necessarias para occorrer áquellas despezas, parte das quaes poderão ser satisfeitas com os mesmos titulos, nos termos dos respectivos contratos, se assim for conveniente, em vista do preço que nas epochas dos pagamentos tiverem no mercado.

É evidente que na nossa situação financeira, só recorrendo ao credito, poderemos obter os meios precisos para dar amplo e prompto desenvolvimento ás obras publicas; mas para que os capitais possam auxiliar-nos n'esta empresa; para que o credito se mantenha e consolide na presença de um consideravel aumento de dívida publica, é indispensavel curar desde já de prover aos encargos das novas operações, melhorando ao mesmo tempo a situação do thesouro; e adoptar parallelamente outras medidas tendentes a facilitar a collocação da nossa dívida fundada.

N'esta ultima categoria cabe principalmente a desamortisação dos bens pertencentes a conventos de religiosas, e conversão de taes bens em inscripções. Ser-vos-ha brevemente submettida pelo governo a proposta relativa a este assumpto de alta transcendencia, não só de baixo do ponto de vista dos interesses materiaes e economicos, mas também dos interesses moraes que lhe dizem respeito, adoptadas com algumas modificações as bases do projecto que pela anterior administração foi apresentado ás cortes.

Pelo que respeita aos meios que desde já cumpro adoptar para habilitar o governo a satisfazer os novos e antigos encargos do thesouro, proponho, em primeiro logar, a consolidação dos saldos em dívida dos diversos empréstimos contrahidos sobre o imposto das estradas, e do empréstimo de 600.000.000 réis sobre rendimentos atzados, contrahido com o banco de Portugal, e approved pelos decretos de 21 de fevereiro e 30 de maio de 1859. Estes saldos em 30 de junho do corrente anno devem estar reduzidos proximoamente a 1.447.000.000 réis.

Fazendo-se a operação em termos ordinarios e por um preço proximo ao actual da praça, não só se suprime a amortisação, mas ainda pôde haver alguma economia nos juros e outros encargos. A diminuição de despeza que resulta da consolidação indicada, excede a 250.000.000 réis em cada anno dos que decorrem até á extincção dos empréstimos.

A amortisação foi por muito tempo considerada um principio infalivel e incontestavel de organização financeira, e assim seria se a questão de fazenda possessem bem apreciar-se isolada das outras questões sociaes, com que mantem intima e inseparavel ligação.

Ninguém duvida que na gerencia da fazenda publica, como na administração particular, seria bom applicar uma parte do rendimento annual ao pagamento das dividas. Não se contesta similhante conveniencia; nem bastam a contraria-la os fundamentos especiosos com que alguns economistas tem pretendido demonstrar a vantagem da dívida publica.

Não é porém a amortisação remedio sempre aconselhado em todos os tempos e em todos os paizes. Quando uma nação tem de recorrer ao credito para firmar a sua independencia ou prover aos seus melhoramentos internos; quando o aumento da dívida publica é uma necessidade imprestavel e geralmente reconhecida; a epocha de extinguir a dívida não pôde ter chegado. Os capitais que se dispõem em taes tentativas significam aumento do deficit; e o mesmo do producto das novas operações. A amortisação copulada com a criação de dívida nova é uma illusão, que longe de alimentar o credito o torna viciante, usando-o em beneficio de uma operação chimerica e quasi sempre prejudicial.

Desde 1852 está suspensa a amortisação da dívida externa. Por simples emissão e venda ou empenho dos respectivos titulos foram contrahidos os empréstimos de 1.500.000.000 réis, votado em 1856, de 600.000.000 réis para estradas e 800.000.000 réis para compra de navios, votados em 1857, de 1.800.000.000 réis para estradas e melhoramentos da capital, votado em 1858. Pelo mesmo systema foram realisadas as sommas autorisadas pela lei de 4 de junho de 1857, applicaveis para o caminho de ferro. Autorisaram as cortes, e levou-se a effecto em parte, a consolidação de dívida fluctuante pela venda dos titulos que lhe serviam de penhor.

Temos portanto em abono da medida que proponho a sanção da pratica, que apenas se trata de ampliar. E nem por isso desconheço que não pôde considerar-se como indifferente que os juros da dívida fundada absorvam, como acontece, quasi um terço da receita actual. Não se contesta o facto, nem se lhe nega a gravidade. Temos porém de o aceitar, sem lhe exagerar as consequências. Esperar a extincção das dividas do passado para de futuro nos habilitarmos a emprender as obras recomendadas pelo espirito do seculo, seria um systema que as gerações futuras mal nos agradeceriam, porque lhes legariamos com elle um atrazo de civilisação quasi insuperavel. Outras são as indicações da politica, que exclue ao mesmo tempo a timidez e a temeridade. Paguemos pois religiosamente os encargos do passado, sem os agravar com a inutil tentativa da prompta extincção de taes encargos; e habilitemos ao mesmo tempo o paiz, para em dias de maior prosperidade poder solver o preço da sua independencia, o custo da sua civilisação, e até mesmo os resultados das suas calamidades. O futuro terá a sua missão, como o passado teve a sua; e do presente não é já pouco ardua, para que os esforços se esterilistem em baldadas tentativas. Seguem-se, como complemento das indicadas me-

das, diversas propostas de lei modificando a legislação tributaria, substituindo alguns impostos e reformando outros.

Elevar immediatamente a contribuição á somma necessaria para estabelecer um completo equilibrio entre a receita e a despeza ordinaria, e prover aos encargos que tem de resultar das novas operações de credito, seria na minha opinião uma tentativa inextinguivel, não tanto por exceder as forças financeiras do paiz, como pela falta de bases seguras, em que assente a repartição justa e proporcional. Conservar estacionario o rendimento do estado, em presença do consideravel aumento de encargos que resulta dos projectados melhoramentos, e da propria existencia do deficit, seria comprometter gravemente o futuro, e arriscar mesmo o exito d'esses melhoramentos, cuja effectiva execução cumpre por todos os modos assegurar.

Nas propostas que tenho a honra de submeter ao vosso exame, tive em vista combinar quanto possível o aumento immediato da renda publica com os elementos que successivamente devem promover a progressão ascendente d'essa mesma renda; simplificando ao mesmo tempo o nosso systema tributario, encaminhando-o para a uniformidade que em vista de todos os principios de boa economia, reconhecidos e sancionados na lei fundamental, deve manter-se entre os diversos membros da nação. Entre essas propostas encontrareis a extincção dos dizimos nas ilhas adjacentes, e a sua substituição pelas contribuições de lançamento e repartição estabelecidas no continente; a extincção das terças dos concelhos, e contribuição dos concelhos para a universidade, incorporado o seu producto na contribuição predial; a extincção do imposto adicional para notas e novo adicional creado pela lei de 14 de agosto de 1858, fundindo-se igualmente pela maior parte o producto dos additionaes nos respectivos impostos, e isentando-se d'elles alguns rendimentos que pela sua natureza mal os podem comportar.

Os dizimos, extinctos no continente do reino em 1832, ainda se conservam nas ilhas por uma anomalia inexplicavel contra as proprias representações d'aquelles povos, como pôde ver-se de algumas consultas das juntas geraes, especialmente das de Ponta Delgada. Não é de certo necessario explicar-nos em largas reflexões para fazer ver a conveniencia de harmonisar o systema tributario n'aquelles districtos com o que existe no continente, acabando um imposto que pesa sobre o rendimento bruto, e sobrecarrega exclusivamente algumas classes de cultura. O dizimo, bem como outros impostos, que ainda se cobram nas ilhas com os nomes de finto na Madeira, quartos de maquina em S. Miguel; o subsidio literario, que já cessou no continente, a decima predial, e quinto, devem ser substituidos pelas contribuições predial e pessoal de repartição, a contar do anno de 1862, a fim de se organisarem a tempo as competentes matrizes.

Desde o 1.º de janeiro de 1861, que é a epocha fixada para começar a vigorar a reforma dos outros impostos, devem cessar as terças dos concelhos; e a contribuição de alguns concelhos, que se diz — para a universidade — e de ha muito não tem similhante applicação. Na verdade, se o municipio tem de satisfazer ás necessidades locais que a lei lhe designa, nada mais absurdo que vir o estado sequestrar-lhe a terça parte dos seus rendimentos, pondo-o em peor condição que o particular. Entendo pois que os bens municipaes devem ficar sujeitos somente á contribuição predial, devendo decretar-se que as camaras applicarão exclusivamente a caminhos municipaes o maior rendimento que lhes provem da abolição das terças, ou as sommas que sobre elle podem levantar-se por empréstimos.

Os additionaes, lançados indistinctamente sobre a cobrança de quaesquer rendimentos publicos, como foi em 1848 o imposto das notas, depois agravado em 1850 e 1857; nunca podiam ser nem form considerados como formando parte de um systema tributario regularmente organizado. Por occasião da discussão do projecto que deu origem á lei de 14 de agosto de 1858 foram tão claramente postos em relevo, e reconhecidos pelo governo os inconvenientes de tal expediente, que na propria lei se inseriu um artigo, pelo qual o governo se obrigava a propor na sessão immediata a substituição dos novos additionaes. Agravando os direitos de consumo, os additionaes podem muitas vezes tender a restringir a base do imposto tornando-o menos productivo; e não será raro que um direito considerado fiscal na pauta das alfandegas passe a protector pelo adicional que lhe acresce; ou que exagerando a protecção, que a pauta teve em vista, transtorne os primitivos intuitos do legislador. Recaindo, por exemplo, sobre os fôros devidos á fazenda, o adicional ataca directamente os contratos, e sobre as multas agrava a penalidade que se mede por normas diversas do interesse fiscal. Finalmente, nos proprios impostos directos, onde parece mais sustentavel, torna-se gravemente desigual, recaindo não sobre o lançamento, mas sobre a cobrança, e indo assim sobrecarregar com effeito retroactivo as contribuições devidas em virtude de leis anteriores. Proponho portanto que sejam extinctos os additionaes estabelecidos pelas leis de 25 de abril de 1857 e 14 de agosto de 1858, desde o 1.º de janeiro de 1861; sendo porém não só conservado mas augmentado de 15 a 20%, com o nome de imposto de viação, o imposto para estradas votado em 1850.

Diversas considerações me instigam á conservação d'este adicional, que pretendo tornar extensivo ás contribuições de registro, de que adiante tratarei, e a outros impostos directos.

Em primeiro logar é este imposto de lançamento, e não de cobrança, o que suprime o mais sensivel dos inconvenientes notados aos impostos extinctos, no que respeita ás contribuições directas.

Em segundo logar a sua exclusiva applicação ás obras de estradas, ampliada agora ás despezas de caminhos de ferro, e outras tendentes a facilitar as communicações terrestres e maritimas, sendo, como é, uma verdade demonstrada pela conta dos encargos de taes obras, torna mais facil e menos odiosa a percepção do imposto pela utilidade directa, immediata e sensivel, que aos povos resulta da sua applicação.

A contribuição predial para 1861 será fixada e repartida pelos districtos na importancia de 1.563.522.000 réis, somma equivalente á que foi ultimamente votada, augmentada com a que corresponde ao producto das terças dos concelhos, da contribuição para a universidade, e dos additionaes extinctos.

Recaindo porém sobre esta somma os 20% para viação em logar dos 15% para estradas, que só se contavam sobre o principal da contribuição, haverá um augmento de receita não excedente a 113.391.600 réis.

Todos reconhecem que a contribuição predial produz em Portugal muito menos do que deveria dar, attenta a extensão e fertilidade do solo. Na Belgica produz este imposto mais de 18 milhões de francos, ou proximoamente o dobro da nossa receita; em Hespanha está fixada em 400 milhões de reales, o que, attentas as diferenças de população e superficie, está em relação superior ao duplo do que se paga em Portugal. Todavia a extrema desigualdade com que está repartida esta contribuição, e a esperança de que essa desigualdade será successiva-

mente emendada, leva-me a conter em estreitos limites o augmento do imposto pedido á propriedade. Urge porém adoptar desde já providencias effectivas para melhorar o serviço da contribuição predial, principalmente no que diz respeito á exactidão da avaliação do rendimento collectavel.

A organização do cadastro regular só poderia ser levada a cabo em largos annos, e com dispendiosos sacrificios; e ainda assim em presença do que a experiencia tem demonstrado em outras nações, é duvidoso que o resultado podesse attingar a desejada perfeição. Confio principalmente no registro dos encargos prediaes que vos será proposto pelo ministério da justiça, e cujas vantagens, além das que pertencem á ordem financeira, serão de alta transcendencia na ordem economica, firmando a certeza da propriedade, que é a unica base segura do credito predial. Por outro lado tenho por necessario tornar mais forte a acção da autoridade fiscal na organização das matrizes e mais serviço da contribuição predial, e n'este intuito é elaborada a respectiva proposta.

Mais radicacs e immediatamente productivas são as reformas que substituem a decima industrial e maneo de fabricas, pela contribuição industrial, e os impostos de criados e cavalgaduras e 4% das rendas das casas, pela contribuição pessoal. Avaliar para os effectos do imposto directo os proventos da industria, do commercio, e todos os que constituem a riqueza movel, tem sido em toda a parte uma grave difficuldade no estabelecimento de tal imposto. Não é porém menos certo que seria iniquo, além de danoso para a fazenda, renunciar por tal motivo á idea de fazer contribuir para as despezas communes uma grande parte da fortuna publica, por não se achar constituída em propriedade immovel. Nada mais fallivel, nada mais incerto e contrario á proporcionalidade do imposto, e do legitimo interesse do fisco, que as bases em que hoje assenta a decima industrial. Informações quasi sempre parciais, e por unico caracteristico externo a renda da casa, ou lojas, são as unicas bases, em que assenta a collecta. O systema das taxas adoptado em França tem sido geralmente imitado com modificações, mais ou menos importantes; e é de quantos se praticam o melhor concilia os interesses da fazenda com a justiça da distribuição. As taxas são estabelecidas em tabellas com attenção á natureza das profissões e importancia das terras. Reconhecendo-se porém que dentro da mesma terra, e da mesma profissão, podem variar consideravelmente os lucros individuais, estabelecem-se em França a quota proporcional sobre a renda da casa ou do estabelecimento.

Adoptando em geral as mesmas bases, parece-me contudo, que a quota proporcional mal pôde servir de correctivo á demasiada fixidade da taxa, que principalmente nos grandes focos de população está longe de se graduar aos proventos individuais. Para corrigir este inconveniente, pareceu-me aceitar a modificação que foi adoptada em Hespanha.

Não existe a quota proporcional; mas em vez de lançar-se uma taxa a cada individuo lançam-se a um grupo de população ao concelho, ou ao bairro em Lisboa e Porto) tantas taxas de profissão quantas correspondem aos individuos matriculados nas respectivas classes. Feita esta primeira operação, pela qual é fixado o contingente que a fazenda tem de receber, o imposto torna-se de repartição; e a somma das taxas é distribuída dentro de cada classe pelos repartidores, que os proprios interessados escolhem, não podendo a cada individuo caber mais do quintuplo, nem menos de um quinto da taxa. Devolve-se á camara municipal ou á junta dos repartidores a divisão do contingente, quando em tempo não foi feita pelos interessados. Disposições especiaes para as industrias, cujos proventos não podem ser graduados pela importancia das terras, como fabricas e grandes officinas, e outras complementares das bases, que ficam esboçadas, constituem a reforma da contribuição industrial.

A contribuição pessoal é destinada a substituir os impostos de criados e cavalgaduras e 4% de rendas, fundindo-os em um só imposto de repartição. A taxa sumptuaria, além de recair em progressão ascendente como actualmente está legislado sobre os criados e cavalgaduras de comodo pessoal, recairá também sobre as carruagens. A differença entre o que produzir a taxa sumptuaria e o total do contingente, fixado ao concelho ou bairro, será repartida por quota proporcional sobre as rendas das casas de habitação, excluindo em Lisboa e Porto as rendas inferiores a 20.000 réis, e nas outras terras as que não chegaram a 10.000 ou 5.000 réis, segundo a sua importancia.

O pedido de 180.000.000 réis para o anno de 1861, elevando-se pelo imposto de viação a réis 216.000.000, excede em 98.720.880 réis o producto médio nos ultimos tres annos dos impostos substituidos. Como porém a taxa sumptuaria pela nova tabella deve tornar-se muito mais productiva, e por outro lado baixa o *minimum* de valor locativo, sobre o qual recae a quota proporcional e complementar, não deverá geralmente haver augmento na percentagem actual sobre as rendas das casas de habitação.

Todo o acto que importa transmissão de propriedade immovel, seja por titulo gratuito ou oneroso, deve ser sujeito ao imposto. Já o é a compra e venda pela siza, que sobe, com os additionaes, proximoamente a 5 3/4%; já o é a herança, legado e doação pelo imposto chamado de transmissão. Entendo que d'este ultimo imposto que hoje começa na transmissão de sobrinho para tio com a taxa de 3%, elevando-se esta até 10% quando se verifica a transmissão entre estranhos, somente devem ser isentos os descendentes, os ascendentes e os conjuges. Só estes são os continuadores da familia, só d'estes não pôde dizer-se que melhoraram de fortuna pela aquisição dos bens herdados ou legados. Quando o pecullo do pae se reparte pelos filhos, estes além da perda moral que experimentaram, soffreram também uma perda material na dissolução do familia, e na divisão do capital commum administrado pelo chefe. É duro que o fisco se apresente n'esses momentos a buscar o seu quinhão. Tal imposto repugna ao sentimento e ao calculo. Sei que assim se acha estabelecido em França, na Belgica e em outros paizes. Não me parece contudo que devamos imitar sem criterio nem copiar sem discernimento. Na illustrada discussão, que precedeu na Belgica a lei do imposto sobre as successões, o tributo sobre a successão em linha recta foi objecto de serias e irrefutaveis objecções. Não se dão os mesmos motivos para os irmãos e mais parentes. Por isso proponho o imposto de 3% para a transmissão por titulo gratuito em favor de irmãos, de 6% para os collateraes de segundo grau, e de 10% para quaesquer outros parentes ou estranhos.

A transmissão por titulo oneroso na compra e venda, pagará 6%; e igual percentagem será lançada ao aforamento, calculando-se sobre a importância correspondente ao dominio útil. A actual isenção d'este modo de transmissão do dominio, quando a venda está sujeita ao imposto, parece-me injustificavel. Todos estes impostos, e ainda a transmissão de bens moveis por titulo gratuito, comprehendem-se na denominação de contribuição de registro. Para os que pesam sobre a transmissão de immoveis servirá principalmente de base o registro de encargos reaes, onde devem inscrever-se todos os actos, que importam similhante transmissão, e ainda outros, como hypothecas, arrendamentos por longo prazo e servidões.

Liga-se esta medida com a que pelo ministério da justiça terá de ser apresentada sobre este interessante objecto. Com a competente proposta vos serão patentes os fundamentos d'ella.

Cumpra-me porém desde já observar-vos que não é só de baixo do ponto de vista fiscal que tem de ser consideradas as vantagens do registro obrigatorio. Mais ampla e fecunda é a sua utilidade para a economia publica. O registro importa a segurança da propriedade pela publicidade; e obtendo este grande resultado lança as bases do credito territorial, attendendo a uma das primeiras necessidades que o estado do paiz reclama. A usura é o verme que em muitas das nossas provincias corroe, antes de sarnados, os fructos do trabalho agricola. Mas a usura não pôde ser directamente combatida; em vez de a condemnar convem tirar-lhe a razão de existir.

O credito predial, não se decreta, mas é preciso preparar o terreno onde elle possa medrar e florescer. Taes são os effectos do registro; e bastam elles a recomendar a sua adopção como uma das mais beneficas medidas que podem legislar-se.

Uma verdadeira reforma da pauta das alfandegas não pôde ser levada a effecto sem grande copia de estudos e inqueritos, que não podem estar terminados a tempo de aproveitarem na presente sessão legislativa. Só o inquerito pôde servir de base a um juizo seguro sobre o estado real de cada industria, e o pouco ou muito proveito, que tem sabido tirar da protecção concedida pela lei. A reforma que não for precedida de taes esclarecimentos, ou será de nenhum effecto sobre o estado da industria e commercio do paiz, ou suscitará serias difficuldades da parte dos interesses lesados, quando não tenham sido ouvidos, e o governo não esteja habilitado com factos para repelir as suas aggressões. Limitar-me-hei pois no presente anno a propor poucas alterações em alguns artigos, o que fará objecto de uma proposta que brevemente vos será apresentada; e desde já, adoptando o parecer da commissão das pautas, emitido em consulta de 25 de janeiro ultimo, a pedir autorisação para refundir os additionaes no principal direito, tomando por base de pesos e medidas o systema metrico decimal, e arredondando os direitos para mais ou para menos dentro de limites definidos. Esta medida não deixa de trazer importantes vantagens ao commercio e ao fisco, pela simplificação dos despachos.

Proponho também a administração por conta do estado do monopolio do tabaco para logo que finde o actual contrato em 1861. Não me demorei aqui em fundamentar esta proposta, contra a qual não me parece que se possa oppor outra objecção valiosa, que não seja a difficuldade da transição. Não se altere porém o systema de administração, de fabrico, de venda e fiscalisação, sem que a experiencia tenha demonstrado os melhoramentos de que é susceptivel; aproveite-se em beneficio da fiscalisação das alfandegas a do tabaco; disponham-se os meios para organizar com aquelles elementos reunidos um corpo fiscal severamente disciplinado, bem retribuido, desligado de interesses e relações locais, que preste serviço zeloso e activo contra o contrabando. Acompanhada de taes precauções a transição não pôde ser perigosa, e tanto a fazenda como os consumidores experimentarão em breve os beneficios de uma medida, que tantas razões e exemplos estão instantaneamente aconselhando.

Seguem-se ainda as propostas relativas ao imposto de sello e direitos de mercê. Compreende a primeira a facilidade de ser decretada a cobrança do sello por meio da estampilha, a qual facilmente poderá ter applicação nos diplomas expedidos pelas repartições publicas, nos recibos, e nas letras de paz estrangeiro; a elevação do imposto sobre as loterias; a autorisação ao governo para serem revistas as tabellas do sello, e algumas disposições tendentes a assegurar a cobrança d'esto imposto. As alterações que na proposta de lei sobre direitos de mercê se fazem na legislação, sobre este objecto tendem principalmente a tornar effectivo o pagamento deste imposto, cuja cobrança é actualmente pouco regular.

Proponho finalmente que seja o governo autorisado a proceder á reforma da administração superior de fazenda, e á das repartições de fazenda dos districtos e concelhos; creando a inspecção de contribuições e adoptando outras providencias necessarias para melhorar o serviço e garantir o resultado das reformas propostas nos diversos impostos. Entre as bases da autorisação pedida vão comprehendidas as que dizem respeito á reforma do systema de cobrança. Se o contribuinte não pôde eximir-se á obrigação de concorrer com a sua quota parte para o fundo social, cumpre que o governo não agrave a relucenciação ao imposto, antes procure por todos os modos tornar menos penosa a percepção d'elle.

Facilitar o pagamento voluntario, fazendo convergir no mesmo sentido o interesse dos contribuintes e o dos funcionarios, é uma medida que não pôde encontrar serias objecções. Em França e na Belgica a cobrança é mensal; em Hespanha por trimestres; só em Portugal se conserva o systema da cobrança annual, obrigando os contribuintes a pagar por uma só vez toda a collecta. Além d'isto os proventos do recebedor crescem com 3% sobre a collecta, quando o pagamento é feito depois de fechado o cofre. Seria difficil justificar e talvez mesmo explicar similhante systema. Adopto a cobrança por trimestres, obrigando o recebedor, durante um dia, pelo menos, dentro dos quatro prazos de cofre aberto, a realizar a cobrança em cada frequência da sua comarca, directamente ou por meio de propostos de baixo da sua responsabilidade. As collectas dos contribuintes que não forem satisfeitas dentro dos prazos estabelecidos serão agravadas com 1% em cada trimestre de atraso. Estas multas porém serão applicadas para o cofre de falhas da respectiva contribuição e não para o recebedor, como actualmente. Pelo contrario o recebedor, tendo a sua quota por inteiro sobre a cobrança que se realizar nos devidos prazos, só a perceberá por metade na que se effectuar depois, e por um terço na que resultar de execuções. Finalmente, a execução só terá logar findo o ultimo prazo do anno, pelas prestações trimestraes que não houverem sido pagas. Além da simplificação de responsabilidades que resultam da substituição dos recebedores de concelho pelos de comarca, ha ainda vantagem na melhor garantia da fazenda pelo que respeita ás fianças. Ha hoje muitos recebedores de quem, pela mingoa de salario, é inexequivel exigir fianças; outros prestam a em bens exageradamente avaliados, e insufficientes para garantir a sua responsabilidade. Sendo os logares dos recebedores de comarca convenientemente retribuidos, mais facilmente se poderão adoptar medidas tendentes a constituir as fianças em dinheiro ou titulos de dívida fundada, com exclusão da propriedade immovel, resultando d'aqui facilidade no processo, segurança para a fazenda, e para a economia publica em geral, a mobilisação de valores prediaes que estão fora da circulação em quanto ligados pela responsabilidade para com a fazenda.

Tenho também por urgente e summamente importante a organização do serviço de inspecção de fazenda.

É preciso que pelos delegados do thesouro ou pelos seus commissionedos seja feita mais de uma vez em cada anno a visita do districto. O ministro deve ordenar, com frequencia, visitas extraordinarias por empregados de sua confiança. Isto porém não basta ainda. É preciso crear, com modesta

lação alguma com as reclamações que se lhe attribuem acerca da cessão eventual da Saboya a França.

O governo suíço deseja, em primeiro lugar, que seja mantido, sem modificação alguma, o estado actual das cousas. Porém, prevendo o caso em que, por causa do considerável engrandecimento do Piemonte na Italia, ou da execução de compromissos anteriores entre o Piemonte e a França, a Saboya mude de soberano, se então o governo suíço está disposto a exigir que Chablais, Faucigny e a parte de Genebra compreendida ao norte do rio de Usses se incorporem na confederação. Julgamos poder afirmar que tal é a attitudão da Suíça n'esta questão, e quanto mais esta interessa o publico francez, mais elle deve desejar ter perfeito conhecimento da maneira por que essa questão é encaráda pelas diversas potencias, cujo auxilio se póde tornar necessario para a resolver.

Em Paris acaba de publicar-se um folheto muito interessante de M. de Barthélemy, relativamente aos principies da casa de Saboya. (El Dia.)

ROMA

N'uma correspondencia de Roma lê-se o seguinte: «A encyclica fi n'esta cidade o signal de innumeras demonstrações de respeito e de dedicação pelo papado. A nobreza começou e o alto clero seguiu o seu exemplo, que foi igualmente adoptado por outras corporações. As manifestações do respeito e adhesão á pessoa do summo pontifice formam hoje, póde dizer-se, volumes. (La Presse.)

No dia 25 de janeiro ultimo, foi apresentado a sua santidade um protesto de adhesão, votado por unanimidade em Londres, n'uma reunião de mais de 2.000 pessoas. (Journal di Roma.)

O summo pontifice esteve no dia 29 de janeiro ultimo em Omeia, a fim de visitar o novo seminario que ali foi ultimamente fundado. Sua santidade, em resposta á allocução que, n'essa occasião, lhe foi dirigida pelo cardinal Barnabo, disse que a sua adhesão ao catholicismo não era superior á dos seus antecessores; que os desgostos, que elle actualmente soffre, passaram tambem por elles; e que só ha um remedio contra as preveras doutrinas que invadem uma parte do mundo christão, e contra as intrigas com que se pretende atacar a igreja: esse remedio é a oração. (Journal des Debats.)

PRUSSIA

Na camara dos representantes da Prussia, os membros do centro fizeram uma proposta que por certo constituirá uma difficuldade para o ministerio e para a maioria ministerial. O parlamento prussiano reúne-se todos os annos no meado de janeiro, e vota o orçamento no mez de março ou de abril seguinte. Em consequencia d'isso, o governo recebe os impostos e dispõe dos rendimentos publicos durante muitos mezes, sem ser para isso autorisado pela lei financeira. Este estado de cousas, contrario á carta, foi em tempo o objecto de reclamações muito energicas da parte dos liberais, que estão actualmente no poder. Hoje são os membros do centro que propõem a questão, reclamando que o governo adopte as medidas necessarias para fazer cessar uma situação puramente anormal para um paiz que se rege com instituições livres. (La Patrie.)

INGLATERRA

Quasi todos os jornaes de Londres criticam os discursos que foram pronunciados na camara dos lords, com relação á mogão de lord Normandy.

O Times pensa que a annexação da Saboya é uma questão insignificante, e que, em todo o caso, não deve constituir um casus belli. Tal é tambem a opinião do Daily-News. Este ultimo jornal reconhece até os direitos eventuales da França e faz inteira justiça á lealdade do governo imperial.

O governo francez, diz o Daily-News, não deseja engrandecer-se, porém julga, e nós partilhámos a sua opinião, que, se a Sardenha augmentar o seu territorio, a França tem direito a tomar novamente em consideração a questão das suas fronteiras, e a recuperar duas provincias que out'ora lhe pertenceram, com consentimento de toda a Europa. Perguntam-se: não será preferivel esta franqueza de Napoleão III á duplicidade dos Bourbonns, cujos actos estavam em continua opposição com as palavras? Em vista das explicações francas e leaes que foram dadas entre a França, a Inglaterra e a Sardenha, não póde hoje existir a menor duvida a este respeito.

O Morning Post publica acerca da mesma questão um artigo no qual estabelece que a situação da Saboya, em relação ao Piemonte, apresenta muita analogia com a situação em que, antes de rebentar a guerra, a Lombardia se achava em relação á Austria. O Morning Post dá a entender que todos os governos em França tinham o direito de reclamar a annexação da Saboya como compensação da vi-sinhança de um poderoso reino italiano. O jornal a que alludimos sustenta que, se os lords não tivessem outros argumentos mais fortes contra a annexação, não havia motivo algum para se fazer opposição a esse projecto.

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ

FEBREIRO - 16	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,22	4,0	60,0	NE.
3 t.	754,73	8,7	44,0	NNE.

DIA 15.

Maxima — temperatura	6,3 C.
Minima	1,5 "
Ozono (de noite)	5,0 "
Ozono (de dia)	8,0 "
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro)	4,8 "
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 35,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 11 de fevereiro...	50.568,5094
Idem no dia 13	4.790,8895
	55.358,3989

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 13

MANIFESTADO PARA DEPOSITO	Pipes Alm. Can.
	222 13 -
Vinho	7 16 -
Aguardente	
DESPACHADO PARA CONSUMO	
No Porto	
Vinho maduro	34 2 -
Dito verde	6 - -
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	
Pipes Alm. Can.	
Vinho	26 9 6
	(Comercio do Porto.)

PREÇO MEDIO DOS GENEROS NOS MERCADOS REGULADORES

DISTRICTO DO PORTO

AMARANTE

Semana finda em 7 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2950
Milho grosso, dito	2920
» miúdo, dito	2950
Centeio, dito	2970
Cevada, dito	2920
Feijão raiado, dito	2920
» branco, dito	2960
» vermelho, dito	2960
» amarello, dito	2960
» fradinho, dito	2940
Batata, dito	2940
Azeite, almude	2980
Vinho verde, dito	2980
» maduro, dito	2980

Semana finda em 14 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2980
Milho grosso, dito	2980
» miúdo, dito	2950
Centeio, dito	2970
Cevada, dito	2920
Feijão raiado, dito	2920
» branco, dito	2960
» vermelho, dito	2960
» amarello, dito	2960
» fradinho, dito	2940
Batata, dito	2940
Azeite, almude	2980
Vinho verde, dito	2980
» maduro, dito	2980

Semana finda em 21 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2950
Milho grosso, dito	2920
» miúdo, dito	2950
Centeio, dito	2970
Cevada, dito	2920
Feijão raiado, dito	2920
» branco, dito	2960
» vermelho, dito	2960
» amarello, dito	2960
» fradinho, dito	2940
Batata, dito	2940
Azeite, almude	2980
Vinho verde, dito	2980
» maduro, dito	2980

Semana finda em 28 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2900
Milho grosso, dito	2850
» miúdo, dito	2850
Centeio, dito	2850
Cevada, dito	2850
Feijão raiado, dito	2850
» branco, dito	2850
» vermelho, dito	2850
» amarello, dito	2850
» fradinho, dito	2850
Batata, dito	2850
Azeite, almude	2850
Vinho verde, dito	2850
» maduro, dito	2850

PENAFIEL

Semana finda em 7 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2780
Milho grosso, dito	2780
» miúdo, dito	2780
Centeio, dito	2780
Cevada, dito	2780
Feijão raiado, dito	2780
» branco, dito	2780
» vermelho, dito	2780
» amarello, dito	2780
» fradinho, dito	2780
Batata, dito	2780
Azeite, almude	2780
Vinho verde, dito	2780
» maduro, dito	2780

Semana finda em 14 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2780
Milho grosso, dito	2780
» miúdo, dito	2780
Centeio, dito	2780
Cevada, dito	2780
Feijão raiado, dito	2780
» branco, dito	2780
» vermelho, dito	2780
» amarello, dito	2780
» fradinho, dito	2780
Batata, dito	2780
Azeite, almude	2780
Vinho verde, dito	2780
» maduro, dito	2780

Semana finda em 21 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2800
Milho grosso, dito	2800
» miúdo, dito	2800
Centeio, dito	2800
Cevada, dito	2800
Feijão raiado, dito	2800
» branco, dito	2800
» vermelho, dito	2800
» amarello, dito	2800
» fradinho, dito	2800
Batata, dito	2800
Azeite, almude	2800
Vinho verde, dito	2800
» maduro, dito	2800

Semana finda em 28 de janeiro	
Trigo da terra, alqueire	2820
Milho grosso, dito	2820
» miúdo, dito	2820
Centeio, dito	2820
Cevada, dito	2820
Feijão raiado, dito	2820
» branco, dito	2820
» vermelho, dito	2820
» amarello, dito	2820
» fradinho, dito	2820
Batata, dito	2820
Azeite, almude	2820
Vinho verde, dito	2820
» maduro, dito	2820

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 16 de Fevereiro de 1860	
EMBARCAÇÕES ENTRADAS	
Jonias, paquete inglez a vapor, capitão J. Bonfellow, de Liverpool em 4 dias e 6 horas, com fazendas a G. A. Hancock & C. ^a ; 35 pessoas de tripulação. Destina-se para Palermo, e vem aqui receber carbão. Entrou hontem ás 10 horas e 15 minutos da noite.	
Flor de Santos, bateira, mestre J. M. de Gouveia, de Setubal em 2 dias, com madeira; 6 pessoas de tripulação.	
Joachini Alwardt, brigue hollandez, capitão C. Drevos, do Bordeaux em 8 dias, com trigo a Marquês Netto & C. ^a ; 9 pessoas de tripulação.	
Maua, vapor inglez, capitão Irwin, de Londres em 38 dias, de Falmouth em 32, e de Santander em 6, em lastro a R. Knowles; 14 pessoas de tripulação; é da força de 40 cavallos. Destina-se para o Rio de Janeiro, e vem aqui receber carbão.	
Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre A. T. Paes, de Setubal em 3 dias, com madeira; 7 pessoas de tripulação.	

EMBARCAÇÕES SAÍDAS	
Alexander, galera austriaca, capitão G. Milloravich, para Constantinopla, com carbão; 16 pessoas de tripulação.	
Ella Constance, vapor inglez, capitão W. Pittuck, para Londres com fructa, vinho e mais generos; 25 pessoas de tripulação.	
Silencio, hiate portuguez, mestre M. P. de Campos, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.	
Ave, patacho portuguez, capitão E. N. Marques, para a Bahia, com vinho e mais generos; 12 pessoas de tripulação.	
Jonias, paquete inglez a vapor, capitão J. Bonfellow, para Palermo, Messina, Trieste e Corfu, com fazendas; 35 pessoas de tripulação.	
Senhora da Conceição, cahique portuguez, mestre J. G. Nunes, para Olhão, com cereas e fazendas; 10 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: José Pereira, artista; José Antonio dos Santos, marítimo; portuguezes.	
Visconde de Athoguaia, vapor portuguez, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com encomendas; 27 pessoas de tripulação, e 3 passageiros.	
Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 16 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.	

BARRA DO DOURO	
(Boletim do telegrapho da foz de 16 de fevereiro de 1860)	
EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 15	
Lynce, vapor de guerra portuguez, de cruzar.	
Lusitania, vapor portuguez, de Lisboa.	
Cintra, vapor inglez, de Liverpool, em 4 dias.	
Não saiu embarcação alguma, nem se avista fóra	

da barra.—O mar está bom, o vento esteve E., SE., SO. brandos, agora NNE. regular.

BARRA DE VIANNA DO CASTELLO
Nos dias 15, e 16, não entrou nem saiu embarcação alguma.—Fundou fóra da barra um patacho hespanhol, arribado por causa do vento, e navegou para o norte.—A barra boa.

BARRA DE AVEIRO
No dia 15 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Tempo bom.

BARRA DA FIGUEIRA
No dia 15 não entrou nem saiu, nem fóra da barra se avista embarcação alguma.—O mar alguma cousa agitado, vento NNE. regular.

BARRA DE CAMINHA
No dia 15 não entrou nem saiu embarcação alguma.—O mar picado, vento N.

BARRA DE VILLA REAL DE SANTO ANTONIO
No dia 15 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS
Hannah, patacho inglez, para Liverpool, com mineral.
Bom Jesus de Fão, hiate portuguez, para Tavira, com milho.
O mar está um pouco agitado, vento NE. forte.

BARRA DE TAVIRA
No dia 15 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA
Livramento é Conceição, cahique portuguez, para Gibraltar, com alfarroba, lenha e ovos.—Bom tempo, vento N. regular.

BARRA DE VILLA NOVA DE PORTIMÃO
EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 15
Virgem das Angustias, falucho hespanhol, de Ayamonte, em 3 dias.
Senhora da Conceição, cahique portuguez, de Alvor em 2 horas.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS
Senhora do Desterro, lancha portugueza, para Albufeira, com milho.
Boa Fortuna, hiate portuguez, para Setubal.
O mar está bom.—O vento ENE. fresco.
No dia 14 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS
Triumpho do Guadiana, hiate portuguez, para Villa Real de Santo Antonio.
Virgem das Angustias, falucho hespanhol, para Ayamonte, com sardinha.
O mar está bom.—Vento NNE. fresco.

BARRA DE SETUBAL
EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 14
Luz do Dia, hiate portuguez, do Porto, com varios generos.

Hoppt, escuna succa, do Havre de Grace, em lastro.
Senhor dos Passos, hiate portuguez, de Lisboa, com madeira.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS
Novo Triumpho, hiate portuguez, para o Porto, com sardinha.

Rio Douro, hiate portuguez, para o Porto, com sardinha.

Vencedora, canoa portugueza, para Sines, com sal.

Senhora do Livramento, cahique portuguez, para Cezimbra, com milho e azeite.

Flor dos Santos, bateira, para Lisboa, com madeira.
Vento NNE.

EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 15
Conceição, bateira, para Lisboa, com madeira.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS
Senhora da Conceição, hiate portuguez, para Lisboa, com madeira.

Conceição, hiate portuguez, para o Porto, com sardinha.

Lezonlon Pére, barca franceza, para Granvelines, com sal.

Vento NE.
Direcção geral dos telegraphos do reino, em 16 de fevereiro de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS
(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 16 de fevereiro—3% consolidados a 44,35—3 ditos differido a 34,30 e 34,35.

Bolsa de Paris, 16 de fevereiro—3% franceza a 67,50—4% dito a 97,40.

Bolsa de Londres, 16 de fevereiro—Consolidados de 94 1/8 a 94 3/4.

AVISOS

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO
Sua ex.^a o conselheiro presidente da assembléa geral d'este monte pio convida todos os srs. socios a comparecer no local do costume, ás onze horas da manhã do dia 19 do corrente, a fim de lhes ser presente o parecer da commissão de exame de contas, com respeito ao 2.^o semestre do anno proximo preterito, e de elegerem a junta administrativa, thesoureiro, escrivão, e respectivos supplentes, para o presente anno.

Lisboa, em 10 de fevereiro de 1860.—Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão, secretario da mesa da assembléa geral.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO
De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 25 do corrente, pelas sete horas da noite, para discutir e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório e contas da direcção, e proceder á eleição do novo conselho e direcção.

Igualmente se previnem os srs. socios de que o mencionado parecer se acha patente na sala da associação por espaço de oito dias.

Lisboa e sala da associação, nos 16 de fevereiro de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

MONTE PIO UNÃO
Em cumprimento do n.º 5.º do artigo 58.º dos estatutos se acham patentes na sala das sessões, rua da Barroca n.º 109, 1.º andar, os livros e contas da gerencia do anno findo, nos proximos domingos 19 e 26 do corrente mez, desde as onze horas da manhã até ás tres da tarde; outrosim são os socios prevenidos que a reunião para approvação das referidas contas terá logar na segunda feira 27, pelas sete horas da noite.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

SOCIEDADE HUMANITARIA DE S. MAMEDE
De ordem do ill.^{mo} sr. presidente da assembléa geral são convidados os socios no gozo de seus direitos a reunir sexta feira 17 do corrente, pelas sete horas da noite, na sala das suas sessões, a fim de, alem da discussão da reforma do projecto de estatutos, se tratar de negocio de interesse para a mesma sociedade.

Lisboa, sala das sessões da sociedade humanitaria.

ria de S. Mamede, em 14 de fevereiro de 1860.—O secretario, Augusto Cesar dos Santos Costa.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

Saú á luz o *Catholicismo constitucional*, por Luiz Francisco Midosi.—Preço 40 réis, em brochura.—Esta obra acha-se redigida com clareza, pondo as doutrinas da *Carta* e do *Acto adicional* ao alcance de todas as intelligencias, e é incontestavelmente um livrinho que todo o portuguez deve possuir, para bem conhecer os justos direitos e obrigações sociaes que tem, e muito mais quando a modicidade do custo favorece a sua acquisição.

Vende-se na rua Augusta n.º 15, 22, 31 e 50, e em todas as mais lojas do costume.

REVISTA CONTEMPORANEA

DE PORTUGAL E BRAZIL

Publicou-se o n.º 10 d'este jornal, contendo os seguintes artigos:

José da Silva Mendes Leal Junior, por A. da Silva Tullio.

Antonio Feliciano de Castilho, (continuação) por José Maria Latino Coelho.

Quarto casamento, romance, por Camillo Castello Branco.

A guerra de Marrocos, por J. da S. Mendes Leal Junior.

Lelia, poesia, por Bulhão Patto.

Chronica, por Ernesto Biester.

Vem adornado de duas gravuras, sendo uma o retrato de J. da Silva Mendes Leal, por J. P. de Sousa; e a outra a copia de um quadro do sr. Annuniação, executada pelo mesmo sr.

CONDICÕES DA ASSIGNATURA

NA CAPITAL POR ANNO 2\$500

SEMIESTRE 1\$100

AVULSO 300

RECEBEM SE ASSIGNATURAS nas lojas dos srs. Silva Junior, ao Rocio; Ferreira & Neunze, na rua das Portas de Santa Catharina; G. Fontana & C.^a, rua das Portas de Santa Catharina, ao Chiado, n.º 106; Rodrigues e Cunha, loja de commissões, rua das Portas de Santa Catharina, ao Chiado, n.º 50; Livraria central, rua do Ouro; Lavado, na rua Augusta; Viuva Marques e Filha, rua Augusta n.º 3; Zeferino Mathes, na rua dos Capellistas; Bordinho, na rua Augusta; Pereira, na rua Augusta; e na de Baptista, calçada dos Paulistas n.º 23 e 24.

Toda a correspondencia será dirigida, franca de porte, ao administrador no escriptorio do jornal, calçada do Sacramento n.º 7—sobre-louja.